



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6110 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA COMO ELEMENTO PARTICULAR DA RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA PÚBLICA E A CONJUNTURA BRASILEIRA

Renata Cecília Estormovski - UPF - Universidade de Passo Fundo

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani - UPF - Universidade de Passo Fundo

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

O COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE VIDA COMO ELEMENTO PARTICULAR DA RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA PÚBLICA E A CONJUNTURA BRASILEIRA

Dentre as políticas curriculares que direcionam a educação básica brasileira, a Base Nacional Comum Curricular se configura como aquela com mais influência, tendo-se em vista que define competências e habilidades comuns a todos os alunos do país. Ao discutir as finalidades do ensino médio, a BNCC aponta o desenvolvimento de capacidades, valores e atitudes voltadas à promoção do empreendedorismo como parte das aprendizagens necessárias à preparação para o trabalho e para a cidadania, citando essa dimensão entre os eixos estruturantes dessa etapa da escolarização. Também menciona as dimensões socioemocionais que, junto aos conhecimentos mobilizados no currículo, resultariam em uma aprendizagem significativa e em uma formação integral (BRASIL, 2018).

Em relação a essa política e a suas prescrições, redes de ensino têm implementado propostas que inserem tais temáticas em seu currículo, como é o caso da disciplina de Projeto de Vida. Neste estudo, objetiva-se analisar a documentação que orienta a inclusão desse componente curricular particular na rede estadual do Rio Grande do Sul, compreendendo a vinculação dessa proposta com um projeto societário pautado pelo capital. A pesquisa se constitui como qualitativa e documental e se utiliza do método de análise de conteúdo como forma de interpretar a materialidade. Inicialmente, assim, será apresentado o referencial teórico que ampara este trabalho, seguido do exame das especificidades do componente curricular Projeto de Vida, para, então, serem discutidas suas implicações, tendo-se em vista o objetivo delineado.

Inicialmente, elucida-se que, neste texto, as políticas curriculares, das quais a BNCC é parte, são compreendidas como um meio particular de se pautar a educação e a sociedade. Como problematizado por Lukács (1978), há um movimento constante entre o singular e o universal mediatizado pelo particular – que é “um membro intermediário do real” (p. 112). Dessa forma, o espaço histórico singular da escola pública se concretiza mediante sua

conexão com universalidades histórico-sociais que atuam sobre ele (p. 109). E a maneira como o currículo é materializado se constitui como uma particularidade dessa vinculação, estabelecendo um elo entre a conjuntura macroeconômica, política e social e a realidade concreta.

Na atualidade, não somente as relações comerciais, mas todas as relações políticas e sociais são orientadas pelo neoliberalismo, que Harvey (2005) conceitua como “uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais” (p. 12). A propriedade privada, o livre-mercado e o livre comércio são instituídos como direitos a serem preservados pelo Estado que, devido a sua restrição em compreender a economia, não deve inferir nela, adotando, inclusive, a desregulamentação e a privatização de seus serviços. Com a neoliberalização (HARVEY, 2005) - o processo em que essa teoria se torna prática -, essas prescrições se intensificam, defendendo-se que todas as ações cotidianas precisam ser enquadradas no domínio do mercado para que o bem social seja maximizado.

No entanto, essas condições acirram a individualidade, a competição e a ânsia por lucro a qualquer custo, que podem resultar em um caos social. Para contê-lo, convoca-se uma resposta neoconservadora (HARVEY, 2005) que não se opõe ao neoliberalismo; pelo contrário, é conciliável com seu programa “de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado” (p. 92). Alia, a esses elementos, um saudosismo quanto a uma ordem que afirma outrora ter existido, insistindo em valores centrados no “nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida” (p. 94). Com isso, o controle social não é compartilhado, há imobilidade social e o poder das classes dominantes segue sendo garantido.

Constitui-se, nessa direção, uma forma particular de Estado, bem como uma maneira peculiar de se pensar, propor e implementar as políticas públicas sociais, entre as quais figura a educativa. Orientadas pela racionalização de recursos e pelo esvaziamento democrático (já que a participação e a pressão por demandas populares tornariam as instituições menos produtivas), esses instrumentos de ação estatal são efetivados mediante distintos processos de privatização, que não implicam apenas na alteração de propriedade, mas se baseiam na inserção da lógica mercantil como orientadora das políticas educacionais (PERONI, 2015). Sujeitos individuais e coletivos, vinculados ao mercado e também a movimentos neoconservadores, com diferentes graus de influência e organizados por meio de redes locais e globais, passam a influenciar o conteúdo da educação pública, decidindo previamente a maneira com que o Estado deve oferecê-la e tornando os profissionais da educação executores de tarefas (PERONI, 2015).

Nessa relação, o currículo não é concebido de forma dissociada do “contexto amplo que o define no tempo e no espaço nem da organização escolar que o concretiza” (PACHECO, 2003, p. 14). Assim, se torna parte do processo que insere a escola na dinâmica do capital, incluindo-o na agenda de reformas que advogam pela inovação curricular como um meio de qualificar a educação – considerada ineficaz por avaliações de desempenho – e de adequá-la às demandas do mercado de trabalho. A BNCC, articulada pelo poder público em conjunto com entidades vinculadas ao setor empresarial, principalmente pelo Movimento pela Base (formado por pessoas físicas e jurídicas ligadas ao empresariado e ao setor financeiro), se constitui como uma ferramenta facilitadora desse movimento, na medida em que define aprendizagens comuns a todos os alunos das escolas brasileiras.

O componente curricular Projeto de Vida, incluído em diferentes redes e sistemas de ensino do país nos últimos meses, está vinculado aos preceitos expressos pela BNCC,

principalmente no que concerne ao seu estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. O documento orientador da disciplina na rede estadual do Rio Grande do Sul, encaminhado às escolas no início de 2020 e voltado para as turmas de anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, apresenta-a como uma maneira de contribuir com o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos estudantes, bem como com sua compreensão da realidade, levando-os a projetarem o que menciona como um futuro melhor. As habilidades e competências definidas pela proposta estão organizadas em torno dos conceitos de empreendedorismo, proatividade e autoconfiança, buscando formar jovens bem-sucedidos em seus projetos pessoais, resolvendo problemas ou propondo possibilidades ao que se apresenta no cotidiano.

A proposta se divide de acordo com cada um dos anos do Ensino Fundamental a que se direciona (6º ao 9º) e do Ensino Médio, contando com os eixos, os objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas em cada um deles. Os eixos que envolvem as turmas do ensino fundamental incluem identidade, protagonismo, participação social, valores e atitudes, havendo, entre as habilidades, menção a inteligência emocional, resiliência, persistência, idealização de projetos e desenvolvimento de liderança. Destaca-se, tanto no 7º quanto no 9º ano, como habilidades o conhecimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e do salário, relacionando o último ao trabalho. No 8º e no 9º ano, percebe-se que as temáticas intensificam as reflexões sobre o que é mencionado como mundo do trabalho, sendo este um eixo constante para as duas séries. Como habilidades, também são listadas a compreensão de conceitos como liberdade e disciplina, o entendimento de que atitudes empreendedoras podem ser treinadas, o conhecimento de setores desenvolvidos da região em que vive e o contato com exemplos de pessoas empreendedoras. Planejamento financeiro e em grupo, autoavaliação e aperfeiçoamento constante também são parte desse componente curricular para essa etapa.

Para o Ensino Médio, os eixos citam, entre outros aspectos, empreendedorismo, cultura digital, educação financeira, escolhas profissionais e mercado de trabalho, inteligência emocional e atitude transformadora. No 1º ano, figuram entre os objetos de conhecimento *mindset* e equilíbrio emocional, mercado em transformação, inovação e organização; entre as habilidades, estão reconhecer suas qualidades, características e crenças limitantes, conhecer e utilizar técnicas de meditação, caracterizar profissões mapeadas na turma, aprender sobre perfil empreendedor e distinguir informações verdadeiras de falsas. No 2º ano, alguns objetos de conhecimento são educação financeira, consumismo, escolha profissional, aptidões para o trabalho e meio ambiente. Quanto às habilidades, citam-se conhecer as inteligências múltiplas, ser solidário, conceituar vocação, ser criativo e inovador, aprender sobre valores de dedicação e liberdade, compreender o descarte correto de materiais eletrônicos e identificar comportamentos que induzem ao consumo. No 3º ano, plano de negócios, flexibilidade cognitiva e equilíbrio emocional são alguns dos objetos de conhecimento, enquanto ser proativo, entender tendências de mercado, atualizar-se, conhecer formas de equilibrar-se financeiramente e tolerar frustrações são algumas das habilidades descritas.

Em suas orientações, as aproximações do componente curricular Projeto de Vida com as prescrições realizadas pela BNCC se tornam explícitas, denotando-se a ênfase em aprendizagens voltadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de competências socioemocionais, como a Base defende. Ao analisar os eixos, os objetos do conhecimento e as habilidades descritas para cada um dos anos aos quais a proposta se volta, percebe-se a normatização e a homogeneização, também constantes na Base, como estruturais à disciplina. Essa padronização implica em conhecimentos sobre o mercado de trabalho e também a respeito de comportamentos e valores comuns a serem enfatizados durante a educação básica, favorecendo, assim, determinado projeto societário.

Isso é denotado, por exemplo, nas distintas menções ao conhecimento sobre o mercado de trabalho, a remuneração básica no país, hábitos de consumo e organização financeira. Tais saberes não se constituem, por si, como negativos, no entanto, em sua articulação, revela-se uma preocupação com uma formação precoce voltada a determinados saberes que favorecem futuros empregadores, opondo-se à luta por direitos ou por transformação social, por exemplo, bandeiras históricas dos trabalhadores. As desigualdades e o desemprego, estruturais à discussão sobre trabalho no país, não constam no documento, que prioriza, ao contrário, o mérito, defendendo o contato com empreendedores de sucesso e a capacidade de empreender como passível de ser treinada – seguindo a lógica de que basta haver esforço para ser bem-sucedido. Por mais que o protagonismo juvenil seja mencionado, parece estar relacionado com a formação de líderes (lugar social ocupado apenas por uma minoria), com a intenção individual de produzir e concretizar projetos pessoais e com a solidariedade, entendida como uma maneira de apaziguar problemas sociais sem modificar a forma com que a realidade se materializa.

O empreendedorismo, por sua vez, parece um elemento que, por mais que ratificado pelo documento, não remonta à ideia de inovação, independência e opção pessoal, mas em um direcionamento para que os indivíduos busquem, por si, a solução de seus problemas - sem depender do Estado e das políticas públicas. Muito articulado a preceitos neoliberais de individualismo e competição, mostra-se como uma forma de estimular a autorresponsabilização por um “futuro melhor”, como mencionado nas orientações do componente curricular. Além disso, a liberdade, preceito ligado a essas bandeiras, figura como uma maneira de reafirmar essas questões, já que, como todos teriam acesso a uma formação única, haveria independência para optar por um percurso de trabalho ao qual cada um deveria se dedicar e, em caso de fracasso, ser culpabilizado individualmente. Afinal, esse fato estaria relacionado a crenças pessoais limitantes, vinculadas ao *mindset*, como mencionado na proposta, a ser alterado pelo próprio sujeito por meio de competências socioemocionais.

Dessa forma, além de buscar direcionar a formação básica para aquilo que o mercado encara como útil, o componente curricular aponta para uma preocupação com que determinados comportamentos se tornem comuns, como a capacidade de não esboçar contrariedade perante frustrações, ter disciplina e persistência, ser proativo e aprender constantemente, conforme as necessidades. Aliados ao reforço de valores que remetem a uma moralidade (que está implícita, por exemplo, ao relacionar trabalho e salário), esses elementos ensinam que orientações não devem ser questionadas ou contrariadas, que ordens precisam ser seguidas e cada indivíduo tem a obrigação de se adaptar às mudanças constantes. Há, então, uma tentativa de padronização do futuro trabalhador, tornando-o mais preparado para o mercado.

Como apontado em Lukács (1978), o universal e o singular estão em relação constante, havendo elementos particulares que são parte dessa mediação, como a disciplina de Projeto de Vida, entendida como uma articulação entre a atual conjuntura brasileira e a escola pública. Aliás, as políticas curriculares, em suas diferentes materializações em distintos momentos históricos, podem ser percebidas como esses elos, pois elucidam como o jogo político é permeável a correlações de forças específicas, que veem nos saberes a serem construídos na escola uma maneira de fortalecer ou estimular dado modelo de sociedade, mais adequado a seus preceitos. Nesta análise, a percepção de que o componente curricular examinado auxilia na conformação dos sujeitos com a realidade interliga as seções do documento, inserindo a disciplina de Projeto de Vida no currículo da escola básica como uma forma de garantir um projeto societário pautado pelo capital.

Assim, contrariamente à argumentação construída e propagada quanto à ineficiência da instituição escolar, as políticas curriculares, em suas propostas, parecem concordar que a

função educativa da escola é efetivada, já que delegam a ela a responsabilidade sobre a formação almejada. Mesmo discursando a respeito do que julga como seu fracasso e defendendo reformas, o mercado não abre mão da atuação dessa instituição, pois entende o espaço singular da escola como potencial na formação daqueles que futuramente podem figurar como seus subordinados. Nesse sentido, o componente em estudo mostra-se como uma materialização das atuais demandas neoliberais e neoconservadoras, que visam saberes e comportamentos específicos para a formação de um trabalhador ideal, que se adeque às suas necessidades, se submeta a suas regras, sem cobrar por transformações sociais estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Políticas curriculares. Projeto de vida. Neoliberalismo. Neoconservadorismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 mai 2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PACHECO, J. A. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PERONI, V. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. Porto Alegre: Oikos, 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de vida**. Porto Alegre, 2020. 18 p.